

Revista Mídia e Cotidiano
Artigo Seção Temática
Volume 12, Número 1, abril de 2018
Submetido em: 01/03/2018
Aprovado em: 28/04/2018

MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA INTERNET: por todas as formas de ativismo

SOCIAL MOVEMENTS IN THE INTERNET AGE: by all forms of activism

Franciani BERNARDES¹; Celia BARBOSA²

Resumo:

Este artigo³ é fruto de uma pesquisa qualitativa que pretende conhecer com maior proximidade como os movimentos sociais da atualidade têm se apropriado das tecnologias da informação e comunicação como mecanismos de articulação e organização política. Além disso, objetiva identificar as potencialidades e obstáculos que o uso Internet implica na atuação dos militantes enquanto sujeitos de mudança social. Apesar de reconhecerem a força das ferramentas tecnológicas como uma nova potência comunicativa, os ativistas dos movimentos em análise coincidem ao afirmar que, em razão do jogo das forças sociais, há um importante controle hegemônico que limita a participação política na esfera midiática.

Palavras-chave: movimentos sociais; tecnologias da informação e comunicação; jornadas de junho.

Abstract:

This article is the result of a qualitative research that intends to know more closely how current social movements have appropriated information and communication technologies as mechanisms of articulation and political organization. In addition, it aims to identify the potentialities and obstacles that Internet use implies in the actions of the militants as subjects of social change. Although they acknowledge the power of technological tools as a new communicative power, the activists of the movements in analysis agree that, because of the game of social forces, there is an important hegemonic control that limits political participation in the media sphere.

Keywords: social movements; technologies, information and communication; June Journeys.

¹ Pós-doutoranda (PNPD/CAPES) do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, email: franbernardess@gmail.com.

² Doutoranda do Programa de Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, bolsista FAPES, email: celiabsp@gmail.com.

³ Este trabalho é financiado pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES. Apresenta resultados parciais da pesquisa "Movimentos sociais em redes digitais e novas formas de ativismo", vinculada ao Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (NEMPS/UFES). O estudo foi cadastrado na Plataforma Brasil, aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, com número de registro CAAE 51794715.1.0000.5542.

INTRODUÇÃO

O acesso à comunicação por uma parcela cada vez maior da população tem potencializado formas de se comunicar em ampla escala, baseadas em redes horizontais de comunicação multidirecional e interativa, principalmente fazendo-se uso da Internet. É com o apoio dessa recente tecnologia que os movimentos sociais da contemporaneidade têm se organizado enquanto instrumentos de transformação social (CASTELLS, 2013).

As novas mídias digitais têm cumprido uma função importante nesses movimentos, de modo a circular informação, abrindo espaços e possibilitando novas formas de participação e mobilização social. A ação política dos indivíduos conectados em rede tem favorecido, ademais, o surgimento de novas dinâmicas de mobilização, de organização e propiciado o fortalecimento de sua autonomia. O caráter aberto da internet permite a união de diferentes subjetividades sem a necessidade de intermediários ou líderes, possibilitando a criação de um espaço comum em que a conexão dos sujeitos cria condições para a ação coletiva (PINO, 2015).

Para contribuir com esse debate, o objetivo principal deste estudo é analisar de que forma a apropriação das ferramentas digitais de comunicação pelos movimentos sociais (redes, coletivos e fóruns) da atualidade impactam nos processos de participação, especialmente no que se refere às estratégias de informação e comunicação usada na dinâmica de funcionamento dos coletivos. Além disso, tem como objetivo identificar potencialidades e obstáculos que o uso Internet implica na atuação dos militantes enquanto sujeitos de mudança social.

Este trabalho foi estruturado em três partes. Na primeira, analisou-se, à luz de diferentes autores, como as tecnologias da informação e da comunicação estão sendo apropriadas pelos movimentos sociais como ferramenta de ação e organização política. Para isso, realizamos uma breve análise acerca das manifestações de massa que aconteceram em diferentes países, decorrentes da grande crise capitalista de 2008, e que resultaram em movimentos sociais cujas configurações apontam importantes tendências sobre a articulação dos novos movimentos articulados em rede.

Na segunda parte, apresentamos algumas reflexões sobre como as ferramentas comunicacionais transformam-se em técnicas sociais, “quando inseridas nas atividades

sociais, nas formas de sociabilidade, ou melhor, no jogo das forças sociais” (IANNI, 1999, p.20). Além disso, ganham força e abrangência como instrumentos de organização e de luta, de funcionamento, mudança e de controle em um mundo que se comunica em uma rede sistêmica “por meio do qual se articulam mercados e mercadorias, capitais e tecnologias, força de trabalho e mais-valia” (*Ibid.*, p.23).

Na terceira e última parte do trabalho apresentamos o desenho metodológico de nossa pesquisa empírica, realizada entre julho de 2016 e março de 2017. De caráter exploratório, a pesquisa contou com o apoio da metodologia qualitativa, concretamente das técnicas metodológicas grupo focal e entrevista em profundidade. Quatro movimentos sociais participaram de nosso trabalho de campo, são eles: Coletivo Feminina, Assédio Coletivo, Levante popular da Juventude e o Fórum da Juventude Negra do Espírito Santo (Fejunes). E em seguida, apresentamos os resultados e conclusões de nosso estudo.

A INTERNET COMO INSTRUMENTO DE MOBILIZAÇÃO DE MASSA

A partir dos anos 70 há uma mudança na concepção de movimento social. Até então os movimentos eram um produto da ação histórica da sociedade, diante das contradições da sociedade capitalista. Tal fenômeno social estava vinculado a uma compreensão de luta de classes e associado a movimentos de cunho revolucionário, cujas ações se vinculavam a um âmbito mais transformador no interior das sociedades capitalistas, “portanto, dentro de um contexto muito mais amplo, relacionado com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção existentes” (MACHADO, p. 253).

Definir movimentos sociais, pode ser arriscado, já que muitos autores se perderam na tentativa ao simplificar a ação, isolando categorias de análises específicas de acontecimentos coletivos (*Ibid.*). Para esse autor, o conceito de movimento social “será sempre objeto do conhecimento construído pelo analista”, já que “não coincide com a complexidade empírica da ação” (*Ibid.*, p. 21-22). Pese a uma série de transformações, os movimentos sociais se diversificaram e receberam complexidade e alcance com o surgimento das novas organizações que se uniam movidas a causas diversas.

Surgiu então o termo “novos movimentos sociais” para designar tais coletivos que não encontravam uma interpretação satisfatória na maioria das interpretações predominantes. Os “novos” movimentos sociais seriam principalmente os movimentos pacifistas, das mulheres, ambientalistas, contra a proliferação nuclear, pelos direitos civis e outros. Tais movimentos, a maioria de base urbana, estavam bastante afastados do caráter classista dos movimentos sindical e camponês, atuando, não raras vezes, em cooperação com o sistema econômico e no escopo político das instituições vigentes (*Ibid.*, p. 253).

As lutas contemporâneas são cada vez mais conectadas e em rede. As novas tecnologias da informação e da comunicação determinam uma nova configuração dos movimentos sociais da contemporaneidade. As ações coletivas demandam transformações de suas dinâmicas, de forma a estarem alinhadas à realidade de seu tempo. Atualmente a comunicação digital conecta dispositivos, dados, pessoas, organizações, como uma ampla formação de redes sociais, como uma malha que cobre tudo e todos. A internet é o primeiro canal de comunicação capaz de permitir aos indivíduos e ações coletivas comunicar-se de forma autêntica e espontânea com uma audiência local e global (DOWNING, 2001).

As manifestações que ocorreram a partir de 2009 na Tunísia, no Egito, na Grécia, na Espanha, no Chile, nos EUA, na Itália, na França dentre outros exemplos, inauguram essa nova era de lutas sociais (BRAGA, 2015, p. 115). Essas ações destacam-se pelo uso das redes sociais digitais apresentando a internet como importante instrumento de comunicação e de mobilização desses novíssimos movimentos sociais⁴. Esses chamam atenção não apenas pelo conteúdo heterogêneo e polissêmico, mas porque evidenciam as ligações entre temáticas do trabalho, da precarização e do desemprego, demonstrando as interfaces existentes entre classes, gerações, gêneros e etnia, num cenário de crise estrutural do capital, que traz à tona a “mundialização das lutas sociais” (*Id.*, 2015, p. 115). Como exemplo dessa onda movimentalista mundial, as manifestações massivas que sacudiram as ruas das principais cidades brasileiras em junho de 2013 foram problematizadas por Braga (2013), no calor do debate, a partir da luta pela consolidação e ampliação de direitos de cidadania no país⁵. Uma luta, que ultrapassou a agenda do

⁴ Expressão usada por GOHN (2014, p.22) para referir-se aos movimentos sociais de massa que surgiram em diferentes países (Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, Espanha, Portugal, Grécia, Chile, EUA, Rússia) no período de 2009 a 2013.

transporte público, também levantou questões como saúde, educação e segurança pública. Nas palavras de Rolnik (2013, p.8) “uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos” que tiveram a importância de trazer de volta a utopia. Uma série de condições no cenário político, segundo o autor, possibilitou um estado de insatisfação latente entre os trabalhadores, sobretudo, entre os segmentos mais jovens, não qualificados ou semiquilificados e sub-remunerados.

Moreira e Santiago (2013) fundamentam-se nas análises de Pinto (2014) e sintetizam aspectos semelhantes dos protestos e movimentos sociais que ocorreram nesse mesmo período em outros países. Em primeiro lugar, destacam o uso das redes sociais digitais e mensagens de celulares, apresentando a internet como principal instrumento de comunicação e de mobilização desses novíssimos movimentos sociais. Em seguida sinalizam a ausência de grandes organizações político-partidárias ou grandes movimentos sociais. Os autores também chamam a atenção para a presença de jovens liderando as mobilizações. Destacam ainda o retorno de grandes atos de rua e ocupação de praças, apontando para a ocupação dos espaços públicos para a construção dos debates e participação política. Por último evidenciam a capacidade de agregar diferentes segmentos sociais.

Pese todas as características centrais que aproximam esses movimentos, concentraremos nossa reflexão no primeiro aspecto identificado pelos autores: o uso da internet como principal instrumento de comunicação e de mobilização política.

INTERNET COMO FERRAMENTA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

As ações coletivas demandam transformações de suas dinâmicas, de forma a estarem alinhadas à realidade de seu tempo. Com a incorporação da internet e das mídias nas rotinas sociais, as relações passaram a ser fundamentalmente mediadas por elas. O que favoreceu processos de identificação que ultrapassaram territórios. Graças a conexão em rede tornou-se possível compartilhar experiências, visões de mundo, orientações, estilos de vida, sem a necessidade da interação presencial. Os indivíduos sentem-se mais próximos (MELUCCI, 2003;). Diversos autores têm analisado as modificações na

estrutura e na ação das lutas sociais a partir do conceito de redes (GOHN; MELUCCI; SCHERER-WARREN).

Testemunhamos um crescimento dos processos de mobilização que surgem de baixo para cima. Os movimentos sociais que eclodiram a partir de 2009 tiveram origem em uma grande crise econômica que sacudiu os alicerces do capitalismo informacional global, desde 2008. São movimentos que lutam por um desenvolvimento mais inclusivo. Além disso também são espaços no qual “os desempregados, os jovens, as mulheres, os pobres, os marginalizados ou simplesmente o cidadão de baixa renda exige ser ouvido” (TUFTE, 2013, p.63). Em conformidade com as análises de Pinto (2014) e à luz de autores de diferentes correntes analíticas foi possível identificar alguns pontos comuns aos novíssimos movimentos sociais: o uso das tecnologias da informação e comunicação, o caráter espontâneo na origem das manifestações, a recusa de espaços políticos e formas de lutas tradicionais (parlamento, sindicatos, partidos), o perfil jovem dos manifestantes, a ausência de liderança, a pluralidade de bandeiras de lutas, a ocupação de espaços públicos (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014a; CARNEIRO, 2012).

Essas ações começaram nas redes sociais digitais, considerados como espaços de autonomia, livres do controle de governos ou empresas - monopólios dos canais de comunicação. O ciberespaço possibilitou que pessoas de todas as idades e condições passassem a ocupar espaços públicos. Os movimentos, assim como suas ações, tornaram-se virais, tiveram uma difusão rápida de imagens e ideias.

Em todos os territórios citados, os espaços de resistência originais foram construídos na internet. Segundo o autor, todas essas manifestações tinham uma coisa em comum: uma sensação de empoderamento originária da sensação de desprezo de seus governos e classe política, ditatoriais ou não. Provocada pela indignação gerida da cumplicidade entre as elites, sendo elas financeiras e políticas. E foi possível devido a proximidade compartilhada nas redes do ciberespaço e nos espaços urbanos.

"Os movimentos sociais em rede, como todos os movimentos sociais da história, trazem a marca de sua sociedade. São constituídos de indivíduos que convivem com as tecnologias digitais no mundo híbrido da realidade virtual" (CASTELLS, 2013, p.170).

Essa nova geração de sujeitos, possuem valores, objetivos e dinamizam formas de organização diretamente ligados à cultura da autonomia.

O conceito de autonomia é mais amplo, já que pode se referir a atores individuais ou coletivos. Autonomia refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses. A transição da individuação para a autonomia opera-se por meio da constituição de redes que permitem aos atores individuais construir sua autonomia com pessoas de posição semelhantes nas redes de sua escolha. Eu afirmo que a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia. Isso porque a tecnologia da internet incorpora a cultura da liberdade, como mostra o registro histórico de seu desenvolvimento. Ela foi deliberadamente programada por cientistas e hackers como uma rede descentralizada de comunicação por computadores capaz de resistir ao controle de qualquer comando. Emergiu da cultura de liberdade prevaiente nos campi universitários de 1970 (*Ibid.*, p. 168).

Quando os sujeitos se tornam atores da mudança social, exercem influência importante na sociedade a partir do momento em que fazem uso de mecanismos de construção do poder. Além disso, produzem mensagens nos meios de comunicação de massa desenvolvendo redes de comunicação horizontal. "Subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá, ocupando o veículo e criando a mensagem. Lutam contra os poderes constituídos identificando as redes que os constituem (*Ibid.*, 2013, p. 14).

O ciberativismo define-se, nesse sentido, como a incorporação do uso da Internet na ação dos movimentos. Os militantes, ou agentes de mudança social, exercem suas práticas tradicionais, mas também desenvolvem outras. O uso da rede digital por parte desses grupos visa, dentre outras coisas, difundir informações e reivindicações sem mediação. Além de buscar apoio e mobilização para uma causa, também se pretende criar espaços de discussão e troca de informação; organizar e mobilizar indivíduos para ações e protestos *on-line* e *off-line* (VEGH, 2003, p. 71).

Essas novas dinâmicas apresentam ainda outras características comuns: são consideradas locais e globais. Locais por terem, como causa de luta, contextos específicos e são globais por estarem conectadas com o mundo, recebendo e transmitindo experiências (CASTELLS, 2013). A ocupação de praças públicas como forma de resistência também tem sido uma de suas marcas. E contam com o poder da internet no

que se refere à capacidade de divulgação da informação assim como a sua velocidade de transmissão. Esse aspecto foi um dos principais responsáveis pelo conglomerado de pessoas acampadas nas praças de pontos estratégicos das grandes capitais, como foi o caso dos EUA, com o movimento *Occupy Wall Street*, e da Espanha, com o movimento *Indignados*.

O IMPACTO DA INTERNET NA AÇÃO DOS MOVIMENTOS

Castells (2003, p. 277) levanta o seguinte questionamento: “O que confere uma especificidade à mobilização social a partir do fato de que se realize através da internet?”. Para responder à indagação o autor apresenta três características fundamentais na interação entre a grande rede e os movimentos, que delinearemos de forma sintetizada no parágrafo a seguir.

Primeiro, há uma crise das organizações tradicionais (partidos, associações de orientações políticas) e emergência de movimentos sociais organizados em rede com base em coalizões que se constituem em torno de valores e projetos. Nesse sentido, a internet se constitui como estrutura e meio de comunicação que permite a flexibilidade e a temporalidade da mobilização. Segundo, a internet é importante para reforçar valores, princípios e ideias de forma instantânea. Terceiro, permite a articulação de projetos alternativos locais a partir de protestos globais, como uma conexão global-local.

Considerando o alcance da influência ideológica proporcionado pela grande mídia, Braga (2015) considera que a internet se constitui um fato novo, não só pelo papel da rede em relação ao seu caráter mobilizador, mas, sobretudo, pela sua potencialidade contra o controle ideológico.

Uma série de iniciativas de canais de comunicação digitais cumprem uma função importante, como meios alternativos à mídia hegemônica, e também como canais de denúncia, entre eles o Observatório de Imprensa, a Revista Imprensa, o Portal Carta Maior, os blogs Viomundo, Conversa Afiada, entre outros. No que se refere aos movimentos sociais articulados à internet, destacam-se as seguintes iniciativas: Movimentos de Rádios Livres (www.rediolivre.org); Movimento Nacional de Direitos Humanos (www.mndh.org.br), Coletivo Brasil de Comunicação Social - Intervezes

(www.intervozes.org.br), Frente Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), entre vários outros (FONSECA, 2014).

Ao reconhecer a importância dessas e de outras iniciativas desse campo, percebemos que esses canais são extremamente válidos para promover a democratização da mídia no nosso país, o que implica, na visão de Fonseca (2014), uma resistência perante a concentração midiática, mas que pese a essa força, também se faz necessário criar alternativas nos campos político, econômico e legal.

É evidente que no caso das mobilizações, a internet e os sites de redes sociais são úteis, entre outras coisas, para criar e promover um intercâmbio comunicativo e plural; criar mecanismos instantâneos de convocatória em massa; abrir espaços de visibilidade na comunidade nacional e internacional e difundir ideologias e propostas de transformação social. No entanto, existem dificuldades e limitações estruturais e organizacionais que não são resolvidos via Internet. Além disso, existem ainda questões relacionadas às dificuldades de acesso dos que não têm o domínio da técnica e dos instrumentos imprescindíveis e necessários para a promoção de ações de construção cidadão.

Neste sentido, quando se fala sobre o impacto da internet no processo democrático, parece unânime a ideia de que a grande rede cria cidadãos digitais ativos e participativos. Na visão de Noam (2014), em grande parte dos trabalhos publicados sobre internet e participação, há um erro de composição: as abordagens tendem a analisar um comportamento micro e enxergá-lo, a modo de conclusão, de forma macro, indicando que, se algo pode ser benéfico para um determinado grupo, o efeito será o mesmo para a população de forma geral.

O autor levanta alguns questionamentos que nos pareceram pertinentes para este debate sobre uma tendência de apontar internet como o meio de comunicação que veio para preencher certos abismos existentes entre o público e os meios de comunicação de massa tradicionais. É certo que a internet rompeu com o modelo de comunicação unidirecional de comunicação. Sua tecnologia em rede permite a interação entre os mais diversos usuários, que também produzem informação, participam e criam espaços de debate. Para Castells “o fato de ser uma comunicação horizontal, de cidadão a cidadão,

significa que eu posso criar meu próprio sistema de comunicação na internet, posso dizer o que quiser, posso comunicá-lo” (CASTELLS, 2003, p. 285).

Entretanto, o fato de um determinado conteúdo estar disponível na internet não garante que um grande número de pessoas acesse àquela informação. Além disso, as principais brechas que o contexto digital carrega consigo estão ligadas a limitações de acesso por questões que vão além do território. Mesmo para os que têm acesso, a capacidade de transformar informação em conhecimento é também socialmente desigual.

Em primeiro lugar, em consonância com Ladevéze (2017), acreditamos que as novas TICs não produziram uma ruptura cultural nem a inserção da sociedade em uma nova era democrática, caracterizada pela participação direta dos cidadãos na política. Entendemos que os novos dispositivos tecnológicos conectados em rede são abertos, “tanto ao serviço dos democratas como dos totalitários, da participação cidadã como do terrorismo camuflado na rede. Não modifica a natureza do poder político, mas os cursos para aceder ao poder, controlá-lo ou democratizá-lo” (*Ibid.*, p.148).

Quando passam a contar com as novas tecnologias, políticos, empresas, além de entidades e organizações como agências governamentais, organizações religiosas, indivíduos e instituições direta e indiretamente empenhados na política, passam a atuar além dos partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, e correntes de opinião pública. Na visão de Ianni (1999, p. 22),

Essas instituições ‘clássicas’ da política são instrumentalizadas, transformadas, mutiladas ou simplesmente marginalizadas. Em escala frequente, predominam as novas tecnologias da comunicação, informação e propaganda, às vezes com objetivos democráticos, mas em outras e muitas vezes com objetivos autoritários. Sim, porque as novas tecnologias estão organizadas em empresas, corporações ou conglomerados, como empreendimentos capitalistas articulados com grupos, classes ou blocos de poder predominantes em escala nacional ou mundial.

Há certo entusiasmo em relação ao uso da rede digital, na visão de alguns autores, como na de Amaral (2013) a ponto de afirmar que a mesma se tornou o mais importante órgão da imprensa, dado seu caráter de sobrepor-se ao controle ideológico, expressando o caráter heterogêneo na composição das opiniões expressas, diferentemente da imprensa tradicional. No entanto, se por um lado a atuação dos movimentos sociais consolidados indica um terreno fértil para o aprofundamento da consciência de classe, por outro, a

atuação dos movimentos sociais de direita nas ruas e nos ambientes virtuais bem como da mídia massiva, fortalecem a ideologia dominante. Por isso Amaral (2013) alerta para o caráter de disputa que este espaço expressa, sinalizando que a esquerda deva fazer uso desta como um meio de democratização da informação. A disputa pela hegemonia, entre diferentes segmentos das principais classes sociais, expressa o curso da luta de classes neste contexto marcado pelo acirramento da contradição da relação capital-trabalho.

Deve-se considerar, que a sociedade atual, mesmo com o apoio das tecnologias da informação e da comunicação, é uma sociedade de classes, em que “o ciberespaço não existe descolado do mundo material e que a infraestrutura lógica e física da maioria das redes está sob o controle das mesmas pessoas e empresas que sempre controlaram o capital” (SOARES, 2007, p. 70).

Não podemos deixar de reconhecer, no entanto, que as redes sociais digitais são ferramentas que permitem criação de conteúdos; transmissão massiva de bens culturais além do acesso à documentação na Internet. Mas também queremos deixar exposto que tais conteúdos “não determinam nem a qualidade dos produtos nem a aceitação dos consumidores de redes ou de outros meios de comunicação de massa, sejam leitores, telespectadores ou ouvintes” (LADEVÉZE, 2017, p.148). Além disso, o alcance do conteúdo produzido na internet de caráter antissistêmico enfrenta algumas resistências para mobilizar novos grupos sociais, que não aqueles que já estão mobilizados ou próximos à rede de contatos mobilizadora.

MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDES E TODAS AS FORMAS DE ATIVISMO

Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa “Movimentos sociais em redes digitais e novas formas de ativismo”, vinculada ao Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (Nemps) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFes). O trabalho é financiado pelo Programa Nacional de Pós Doutorado da CAPES (PNPD/CAPES). O estudo foi cadastrado na Plataforma Brasil, aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, com número de registro CAAE 51794715.1.0000.5542.

A partir da metodologia qualitativa e com apoio das técnicas metodológicas entrevista em profundidade e grupo focal, apresentamos subsídios para o debate sobre como os movimentos sociais da atualidade têm se apropriado das tecnologias da informação e comunicação como mecanismos de articulação e organização política.

Nossos objetos de estudo foram quatro movimentos sociais, organizados na cidade de vitória, no estado do Espírito Santo (ES), região Sudeste do Brasil. Como abordamos na introdução deste trabalho, são eles: Coletivo Feminina⁶, Assédio Coletivo⁷, Levante popular da Juventude⁸ e o Fórum da Juventude Negra do Espírito Santo⁹ (Fejunes). Como parte da pesquisa “A reconfiguração dos movimentos sociais no século XXI: ativismo virtual, coletivos e fóruns” desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (Nemps) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo, a revisão da literatura permitiu identificar em movimentos contemporâneos traços de inovações e de continuidade em relação a movimentos sociais que datam de períodos anteriores, assim como diferenças nos meios de comunicação usados. Formas mais fluidas e menos institucionalizadas, críticas ao caráter centralizado, burocratizado e hierarquizado de movimentos sociais foram algumas inovações que sugerem uma nova maneira de organização, que uma primeira aproximação dos coletivos escolhidos parecia indicar, requerendo pesquisa para comprovação ou não destes traços.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de julho de 2016 e março de 2017. Nesse período foram realizadas entrevistas em profundidade e grupos de discussão direcionados aos representantes dos movimentos sociais que colaboraram com a pesquisa. Os participantes que concederam as entrevistas foram indicados pelos próprios membros dos movimentos.

⁶ Movimento de mulheres que lutam como forma de combater qualquer tipo de violência contra mulher, contra homofobia, machismo, racismo, entre outras.

⁷ O Assédio Coletivo é um grupo de produtores e articuladores culturais. As ações do Assédio Coletivo objetivam fortalecer o cenário cultural do Espírito Santo por meio da valorização da arte autoral e ação de coletivos, produtores, artistas e agentes culturais do estado.

⁸ O Levante Popular da Juventude é uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade. Atua junto aos movimentos da Via Campesina e movimentos urbanos como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), com a intenção de construir a organização popular em comunidades, vilas, escolas, assentamentos e acampamentos do Brasil.

⁹ O Fórum tem como objetivo organizar a Juventude Negra do Estado do Espírito Santo numa perspectiva autônoma, afrocentrada, quilombola, militante, protagonista, democrática, combativa e de resistência, na luta anti-racista, contra qualquer forma de opressão e pela emancipação do povo negro.

POR TODAS AS FORMAS DE ATIVISMO

Não existe uma militância de internet. O máximo do máximo é um ativismo online, mas que a militância não se resume ficar na net, postando as coisas, divulgando as coisas. Porque a internet, e os sites, são ferramentas para os movimentos sociais de luta, para disseminação de informações. (Levante).

A partir da análise das entrevistas e do grupo focal realizados com os militantes dos quatro movimentos sociais, objetos de estudo desta pesquisa, infere-se que as novas tecnologias, especialmente a Internet, são reconhecidas como elementos facilitadores na divulgação das narrativas em construção pelos sujeitos coletivos, mas não são o único ou principal elemento mobilizador. Suas inúmeras ações não dependem da tecnologia para acontecer. A maior parte da militância acontece fora dos espaços digitais, desconectada da rede social digital. Essa conclusão não implica dizer que tais entidades não fazem uso da tecnologia. Não é isso. De fato, todos os coletivos estudados contam com pelo menos uma página no Facebook, configurada com informações sobre o movimento, com objetivo de comunicar e fortalecer suas ações, informar, conscientizar e mobilizar outros sujeitos para a luta. Queremos chamar a atenção para visão, para nós equivocada, que se tem do movimento social contemporâneo atrelado à tecnologia, como algo inseparável, que depende dela para sobreviver. Na fala da militante:

Não é a ferramenta que vai mudar o mundo, são as pessoas, né? Os humanos que vão mudar o mundo. As ferramentas são auxílio, são tecnologia. É um suporte. Se a gente quiser continuar sendo a galera que vai criar guerra, disputar território, a gente vai ser, senão, se a gente quiser ser outra coisa, a gente vai ser, auxiliado por todas as tecnologias. (Assédio Coletivo).

Antes de mais nada, movimento social é luta em prol de mudança. O que existe na internet é consequência ou a continuidade das ações que já existem fora do ambiente digital. As ocupações dos espaços públicos, por exemplo, não podem acontecer no terreno virtual. Ainda não com a tecnologia que temos hoje. Mas os atores dessas ações se utilizam da internet como espaço alternativo de comunicação, para informar sobre os objetivos dessa ação.

A gente luta as nossas redes sociais com informações sobre as ocupações, vai às escolas conversar, ver o que estão precisando... E aí a gente passa e volta das escolas ocupadas para conversar com a comunidade sobre o porquê estava ocupado. Inclusive em algumas das ocupações que eu fui, eu estava conversando com os estudantes isso: 'Mas vocês já conversaram com seus vizinhos o porque de vocês estarem aqui, ocupando?' Porque na maioria das vezes, não mora ali perto da escola, mas é bom saber o porquê está. 'Oh, a escola lá que eu estudo, está ocupada' E explicar o porquê. (Levante)

A mobilização nas praças, as ações culturais, oficinas nos bairros, seminários, rodas de conversas, escrachos, manifestações de rua - sejam elas massivas ou não - e formas de comunicação mais tradicionais como cartazes, folhetins (chamados por eles de mosquitinhos), pixos, lambes¹⁰, grafite, carros de som e inclusive teatro de rua, são formas de resistência que também são realizadas pelos militantes e acontecem fora da internet.

A rede social existia antes da internet. A rede social é a sua vida. É o que você faz fora do seu aparelho, né? A internet, ela cria essa ilusão que tudo que acontece só acontece lá, né? No virtual. Mas na verdade, o virtual é uma consequência do cotidiano. (Assédio Coletivo)

As ferramentas tecnológicas também são apropriadas pelos movimentos e usadas com o objetivo de mobilizar para ações que vão acontecer na rua, nas praças, nos espaços públicos, cara a cara, presencialmente. A rede virtual também conscientiza, informa, ilustra, sensibiliza, viraliza. Compete sua força, como canal que produz informação contra-hegemônica, que a mídia corporativa não vai dar. “A internet é um lugar de provocação e informação.” (Levante)

Mas o acesso ainda é limitado, reconhecem. Para superar essas limitações, os participantes buscam outras saídas ainda mais convencionais, como aparece na fala da militante do Levante:

No meu bairro não tenho o Facebook de todo mundo. Como faço para divulgar ou tentar dialogar com as pessoas que estão ali, sobre, por exemplo, as questões de não votar em partido golpista? Como faço isso? Estou saindo de casa e indo para a padaria, vou conversar com alguém que entra na rua... (Levante).

Há uma grande necessidade de se investir em outras formas de comunicação. As dificuldades apontadas para a grande rede ainda são outras, a internet precisa ser de livre acesso, gratuita, para ser acessível a uma maior parcela da população.

Na fala da militante do Coletivo Feminina:

Muito do que vemos no Facebook, várias pessoas não têm acesso. Depende muito da rede de amigos. (...) A mulher lá da periferia que apanha do marido não tem computador. Não podemos achar que o mundo virtual representa a totalidade, longe disso. (Coletivo Feminina)

¹⁰ Um lambe-lambe é um cartaz com conteúdo artístico e/ou crítico colado em espaços públicos.

Apesar das limitações de acesso entendem que a rede possibilita uma abertura para uma participação mais plural, descentralizada e integradora, onde a comunicação é usada como forma de romper com a narrativa dominante, mesmo que o acesso seja desigual:

A internet é mais um instrumento que favorece a circulação de ideias e aí com a diferença que alcança um público maior. E aí, nesse sentido, o que a gente vê é que ao invés de ter um grande meio de comunicação unidirecional, há uma abertura de mais vozes pra que haja essa troca de informações. Aí, nesse sentido, pode ser feito um exercício, uma larga escala que busque esse ideal de democracia, mas aí não é algo que seja, na minha perspectiva, que seja certo, mas é um exercício. Podemos chegar lá ou não. No momento, não é o que estamos vendo. (Assédio Coletivo)

Os controles informativos podem acontecer de várias formas, entre elas em forma de censura ou se apresentam na forma desigual de acesso. O alcance do conteúdo televisivo, por outro lado, é muito mais universal, legítimo. A TV é gratuita, a Internet não. O conteúdo televisivo é exibido tradicionalmente, já é aceito socialmente, legitimado. Dessa forma a distribuição da audiência entre os dois ramos se dá entre uma comunicação que faz parte de um sistema ideológico e globalizado, que é produzida por profissionais da mídia, uma mídia tradicional, hegemônica, corporativa. Do outro lado está a mídia alternativa, em que a a comunicação é produzida de forma mais incipiente - em termos de técnica - por um um canal alternativo, popular, radical. Nas palavras de Chauí, “não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer lugar, sob qualquer circunstância. Há, portanto, regras de interdição quanto ao emissor, ao receptor, à mensagem, seu tempo e seu lugar” (CHAUI, 1997, p. 147).

Me lembra muito Paulo Freire falando sobre comunicação: Comunicação é diálogo, é uma provocação, você faz uma provocação e espera ter um retorno, e é o que a grande mídia não faz hoje, pois ela impõe um discurso, ela não abre para um diálogo. (Levante)

Os mesmos canais que anteriormente controlavam, continuam a controlar. Eu acho que no sentido da democratização da comunicação, ainda é uma realidade muito distante. Parece que a gente tem o nosso lugar, né? Tendo a rede social. Tipo assim: ‘Ah, vocês não precisam estar aqui nos grandes canais ou em canais televisivos ou radiofônicos, porque vocês têm a internet e vocês conseguem fazer tudo por aí’. Há uma imposição de forças. (Assédio Coletivo)

Hoje, tem essa pluralização das vozes, realmente. Mas existe todo um controle social. Por exemplo: se eu chegar e postar alguma coisa, e as organizações Globo chegar e postar alguma coisa por todos os meios que ela tem de comunicação, é uma diferença surreal em relação ao alcance. Mas, por outro lado, se eu postar alguma coisa e aquilo viralizar, eu acabo pressionando para que as Organizações Globo disponham de um fato da realidade e busque de

alguma forma adequar aquilo que está sendo gerado com discurso de resistência ante aquilo que ela está inserindo em sua programação. (Fejunes)

A televisão vê a cobertura dos atos, a gente vê muito evidente que é até interessante. Quanto mais o ato consiga mexer com as estruturas de poder, mais isso vai se demonstrar visível. É interessante como nos últimos tempos, essa pauta de representatividade tem conseguido se inserir na grande mídia. Parece que não tenho visto, principalmente a Globo, mas parece que tá tendo alguma inserção com pauta do movimento negro, movimento feminista... Mas a repercussão que eu vejo tem sido adotado por um padrão bem Rede Globo, em relação a perspectiva adotada, né? Numa linha liberal, de responsabilidade individual e aí deixando de fora muitas coisas. (Fejunes)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação é um elemento básico de qualquer sociedade, permeia todas as relações sociais. A mídia torna essa comunicação possível, ajuda a sociedade a compreender as ideias políticas e culturais e contribui para formar a opinião pública e o consenso democrático (IANNI, 2001).

Nesse sentido a internet, por meio das redes sociais e de outras inúmeras ferramentas, tem sido uma importante via de escoamento de ideias e tem redirecionado a esfera pública de opinião. Apropriada pelos movimentos sociais, essa estrutura tecnológica está contribuindo para a construção de novos espaços de informação contra-hegemônica, como forma de enfrentamento e de resistência.

Este trabalho mostrou que as novas ferramentas informacionais das redes sociais digitais usadas pelas organizações populares, como o facebook, não apagou as formas de relações sociais habituais vivenciada nas manifestações populares.

Em uma tentativa de driblar o controle informativo ou o desequilíbrio das forças sociais, os militantes têm recorrido a ações cada vez mais tradicionais, como uma tentativa de levar voz por meio de outras redes de conexão, em linhas de transmissão muitas vezes esquecidas: a fila do pão, as praças, os cartazes, o jogral do teatro de rua, o carro de som, entre outros. Essas ações evidenciam que apesar dos movimentos sociais terem encontrado na grande rede um espaço para a organização política, as formas tradicionais de mobilização também são vitais para a organização coletiva e que, de forma alguma devem estar subordinadas à tecnologia (MORAES, 2003, p. 211).

Os interesses antagônicos de classes sociais estarão sempre colocados. Isso porque na sociedade capitalista, a interação entre as pessoas, por meio das TICs, tem sofrido

vários tipos de controle, como apresentamos no decorrer do trabalho, entre eles, patronal, policial e ideológico.

Referências

- AMARAL, R. A grande rede e a explosão das ruas. In: SOUSA, Cidival Morais de; SOUZA, Arão de Azevêdo (Orgs.). **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 8-12.
- BRAGA, R. **Sob a sombra do precariado**. In: _____ *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 27-34.
- _____. **Pulsão Plebeia: Trabalho, precariedade e rebeliões sociais**. São Paulo: Alameda, 2015.
- CHAUÍ, M. de S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- CASTELLS, M. Internet e Sociedade em rede. In: MORAES, D. (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.
- _____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- FONSECA, F. Mídia e democracia: Uma análise conceitual e histórica da atuação dos meios de comunicação. In: SILVA, C.L; RAUTENBERG, E. (Org). **História e Imprensa: estudos de hegemonia**. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.
- GOMES, L. F. **Cinema nacional: caminhos percorridos**. São Paulo: Ed.USP, 2007.
- GOHN, M. G. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- HARVEY, D. *et al.* **Occupy: movimento de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012.
- _____. A liberdade da cidade. In: HARVEY, D. *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 27-34.
- IANNI, O. O Príncipe Eletrônico. São Paulo: **Perspectivas**, 1999, p. 11-29.
- IASI, M. L. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 41-46.
- LADEVÉZE, L. **Em defesa da comunicação pública**. Entrevista concedida a BERNARDES, F. Brasília: FAC livros, 2017, P. 143-148
- MACHADO, J. A. S. **Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais**. Porto Alegre: sociologias, ano 9, n. 18, 2007.
- MELUCCI, Alberto. **Acción Colectiva, Vida Cotidiana y Democracia**. México D.F: El Colegio, 2003.
- MORAES, D. “O capital da mídia na lógica da globalização”. In: MORAES, D. (Org.). **Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.
- MOREIRA, O. L.; SANTIAGO, I. M. F. L. Vem prá rua: os protestos de junho. In: SOUSA, Cidival Morais de; SOUZA, Arão de Azevêdo (Orgs.). **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 13-21.
- NOAM, E. M. Por qué Internet es malo para la democracia? Madrid: **Libre pensamiento**. n. 50, 2006. p.80-84.

- PINTO, C. R. J. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 129-145.
- ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e as interpretações. In: MARICATO, Ermínia. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo. Carta Maior, 2013, p. 7-13.
- SCHERER-Warren, Ilse. **Manifestações de rua no Brasil 2013**: encontros e desencontros na política. Caderno CRH, v. 27, n.71, 2014.
- SOARES, D. Q. **A reestruturação produtiva e as políticas públicas de inclusão digital no Brasil hoje**: o caso Proinfor. 2007. 165 f. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão. Maranhão, 2007.
- VEGH, S. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (Ed.). **Cyberactivism**: online activism in theory and practice. London: Routledge, 2003.